

EUCLIDES NETO E A REPRESENTATIVIDADE DA POBREZA EM *MACHOMBONGO*

Juliana Cristina Ferreira (UFU)¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a maneira como Euclides Neto representa a pobreza do trabalhador rural das fazendas cacauceiras na obra *Machombongo* (1986). Como fundamento teórico e para compreendermos o que é ser pobre, embasamo-nos em Schwarz (1985), que explica sobre a pobreza na literatura, Marx (1999), que discute as questões ligadas à desigualdade social, e Moura (1986), que esclarece sobre a vida do agregado. Nosso estudo constata que os fatores principais da desigualdade social no contexto analisado são o coronelismo, a exploração do trabalho e a fome. Como resultado, temos o empobrecimento do trabalhador da produtividade cacauceira.

Palavras-chave: Representação dos pobres; Euclides Neto; Narrativa; *Machombongo*.

Euclides Neto nasceu e viveu na região sul da Bahia e foi político, escritor e militante de esquerda. Por conhecer a produtividade cacauceira, conseguiu mostrar, em suas narrativas, o modo de vida, os costumes, as crenças e toda a cultura identitária da região. Como político e militante de esquerda, o autor buscou representar, em suas narrativas, as lutas de classe, as desigualdades sociais e as mazelas vividas pelo pobre trabalhador rural. Assim, segundo César (2003), o autor

[...] manifesta uma clara simpatia pelo trabalhador pobre e explorado da lavoura cacauceira. Seguindo a trilha de denúncia da gritante desigualdade social no Brasil, característica do romance nordestino dos anos 30, e buscando no humanismo marxista referencial teórico para a construção de seus romances, Euclides Neto foi certamente o último escritor militante de esquerda em atividade na Bahia. Através de sua arte, ele procura ser o porta-voz dos humilhados e ofendidos das roças do cacau (CÉSAR, 2003, p. 11).

Como militante de esquerda e marxista, Euclides Neto, em toda a sua obra literária, revela sua simpatia pelo pobre que trabalha nas fazendas de cacau. Por ver as injustiças sociais ocorridas nas lavouras, como a exclusão e a exploração do trabalhador, o autor busca denunciar as desigualdades sociais, por meio da representação da pobreza em que o trabalhador vive. Euclides Neto também busca dar voz a esses trabalhadores que são agregados e vivem em seu anonimato.

¹ Graduada em Letras Português – Inglês (UFG), Mestra em Estudos da Linguagem (UFG) e Doutoranda em Estudos Literários (UFU). Contato: juliana.ferreira@ufu.br.

Assim, Euclides Neto, como conhecedor das teorias marxistas, mostra-nos que a produção social da existência do homem possui relações independentes de sua vontade, pois correspondem ao grau determinado de sua força produtiva material. Essa força de produção material condiciona o modo de vida social, político e intelectual do ser humano, resultando na má distribuição de capital e no acúmulo de riquezas, para uns, e na escassez, para outros. Desse modo, a má distribuição de renda tem como resultado as desigualdades sociais.

Como escritor marxista, Euclides Neto buscou dar continuidade ao romance regionalista nordestino da década de 1930, o qual visava denunciar as desigualdades sociais e a pobreza existente no Brasil. Comenta Candido (1989) que os escritores regionalistas da década de 30 buscavam mostrar para a população que, apesar de o Brasil, naquela época, ser visto como um país em desenvolvimento, devido à industrialização e ao crescimento urbano, ainda havia o subdesenvolvimento, pois a pobreza, o desemprego, a fome e a exclusão do pobre mostravam que o país sofria com as desigualdades sociais. A ficção era um meio de fazer com que a população refletisse sobre a pobreza, que era (e ainda é) um fator presente na sociedade, e que o retrato do país se desenvolvendo era apenas uma forma de a classe dominante mostrar que o Brasil estava acompanhando o ritmo de desenvolvimento de outros países, como os Estados Unidos.

O romance de 1930 serviu de apoio para Euclides Neto, pois, a exemplo de Jorge Amado e outros, representava o conflito entre o “atraso” e o “progresso”, por meio do coronelismo presente no meio rural, retratando a lavoura de cacau e os servidores públicos no meio urbano, representando o crescimento da cidade. Outro exemplo dessa influência, em que se apoiou Euclides Neto, foi James Amado, o qual, em sua obra *Chamado do mar*, representava as lutas de classes na região cacauzeira da Bahia, pelas posses de terras.

Como escritor regionalista e conhecedor da produtividade cacauzeira, Euclides Neto buscou mostrar a pobreza dos trabalhadores no sul baiano e o subdesenvolvimento do país, denunciando as desigualdades sociais e a exploração humana nas lavouras cacauzeiras na década de 1960. Assim, o autor buscou a representatividade da pobreza nas terras cacauzeiras do sul da Bahia, como forma de denunciar as mazelas vivenciadas na região, no período da Ditadura Civil Militar. Foi nesse período que o coronel,

personagem da obra em questão, fez acordo com os políticos da Bahia, aumentando ainda mais seus poderes sobre a região e acarretando o empobrecimento do trabalhador rural, conforme mostra o excerto abaixo:

[...]. De quando em quando, buzinava um carro, chegando pela estrada de terra, parando na grama que defendia a casa da nuvem parda do cascalho moído pelos pneus e cascos de burros. Normalmente o automóvel trazia o casal e meninos que, ao saltarem, procuravam traquinar na inquietação de mexer, correr, gritar, subir em árvores, nos varões do curral a cinquenta metros do oitão. Os cocás que se aguentassem, os perus que desmanchassem suas rodas de leques, os pavões que voassem estridentes e os gansos, mais valentes, enfrentavam-nos de bicos e grasnados. Não se podia chamar, propriamente, festa: mero domingo na fazenda do deputado, confraternização entre amigos, políticos e comerciantes, onde se falava de tudo. Cacau, gado, empréstimos bancários (EUCLEDIS NETO, 1986, p. 65).

De acordo com o excerto acima, o coronel fazia uma confraternização em sua própria fazenda para fazer acordos com os políticos do Estado. Durante esse evento, um almoço de domingo, o coronel e os políticos conversavam sobre “cacau, gado, empréstimos bancários”, assuntos que ambicionavam dinheiro e poder. Nesse domingo, os políticos da Bahia haviam ido para a fazenda a fim de, durante aquela confraternização, fechar acordos com o coronel. Segundo Monteiro Bahia (2012), o caminho do imaginário a respeito da sociedade e da política, que busca representar alguma situação social, mostra também acordos de poder e riquezas entre os políticos e a classe favorecida.

Essas representações sobre as relações entre políticos e fazendeiro mostram claramente o acúmulo de riqueza por parte da classe dominante. Todavia, ao representar a riqueza do fazendeiro e dos políticos, bem como os acordos para garantirem e ampliarem ainda mais seus poderes sobre a população, Euclides Neto mostra também a pobreza, a exclusão e a marginalidade dos indivíduos pobres, os quais sofrem as consequências da escassez e da desigualdade social. Como afirma Moscovici (1978), os princípios norteadores da prática do autor literário o levam a mostrar sua visão de mundo sobre a realidade em que ele está inserido. Por meio de representações sociais, o autor literário cria categorias de esquemas interpretativos do mundo social.

Nesse sentido, Euclides Neto, como um escritor regionalista, buscou dar voz ao pobre, excluído e marginalizado socialmente. A literatura foi, assim, um dos meios que o autor utilizou para dar voz a esse indivíduo pobre. A obra aqui analisada faz essa representação da pobreza e das dificuldades que o trabalhador rural enfrentava no dia a dia. Todavia, mesmo vivendo as mazelas que lhes eram impostas, esses trabalhadores, que eram pobres e oprimidos, sonhavam em encontrar um lugar onde não houvesse desigualdade social e onde todos pudessem plantar e colher com igualdade. Assim, na *Serra do Machombongo*,

[n]inguém se dizia dono das terras, dos animais que pastavam pelas encovas, sem fim. Todos pastoreavam, sem se preocupar com o de cada um. As flores se abriam para as colhedeadas, estalando os campos. A noite, um jardim de luzes. Ali, dava para completar os dias, integrando-se de novo no grande mistério. [...]. Bem se diz que o homem nasce muitas vezes, durante a vida (EUCLIDES NETO, 1986, p. 195).

Desse modo, a voz narrativa, ao mencionar que “ninguém se dizia dono das terras, dos animais que pastavam” e que “todos pastoreavam, sem se preocupar com o de cada um”, mostra-se ancorada no marxismo, na ideia de igualdade social, sem ambição, sem preocupação com o que o outro estava plantando, colhendo ou tendo alguma abundância de alimento. Nesse sentido, somente ali, na *Serra do Machombongo*, “as flores se abriam para a colhedeadas” e todos se sentiam unidos, pois a terra era de todos.

Essa ideia de união entre os trabalhadores lembra-nos o postulado de Marx (1999), que faz a seguinte afirmação: “proletário de todos os países, uni-vos”. Essa ideia de união da classe pobre e a luta por seus direitos revela uma utopia que, se de fato acontecesse, poderia nos propiciar uma sociedade mais justa, com igualdade de vida para todos. A união entre os membros das classes menos favorecidas contribui para que essa utopia possa, um dia, vir a acontecer, uma vez que os pobres constituem a maioria da população, já que o acúmulo de capital está concentrado nas mãos de poucos.

Assim, com o intuito de fazer com que o leitor compreenda o caráter de denúncia em relação às desigualdades sociais, Euclides mostra, em seus textos literários, a situação dos trabalhadores que vivem excluídos e em seu anonimato, buscando seus direitos trabalhistas. É importante observar que, mesmo sem terem seus direitos

trabalhistas reconhecidos, os trabalhadores da fazenda Ronco D'Água, fazenda fictícia da obra, mostravam-se conscientes da situação de opressão e de exploração em que viviam. Este aspecto pode ser observado em passagens da obra, como a que se segue:

[n]a roça, o trabalhador conversava para mais de dez, todos parados. Os podões em posição de sentido também ouviam a prosa. Falava-se do quilo da carne que custava mais que um dia de serviço. Que daqui a pouco a carne seria tempero na panela de pobre. Até a excomungada farinha andava pela hora da morte. Ninguém podia viver daquele jeito. Que ninguém da fazenda tinha coragem de pedir aumento. Todos uns xeretas, bois de arrasto, puxados pela venta. Onde já se viu trabalhador não ter direito a férias, gratificação de Natal e salário mínimo? Ali, todo bichinho andava com o rabo entre as traseiras, mulas de carga, sem vontade nem vergonha. Raras fazendas pagavam os direitos do trabalhador. E todos precisavam exigir fosse de quem fosse. Até os padres, a irmã Consuelo nem se fala, ensinavam isso. Direito sagrado do homem. Ninguém podia tirar. Os ouvintes viravam a cabeça, concordavam, mas se lembravam do deputado como homem que mandou matar o cigano, deu fim a dois eleitores que foram contra na eleição, consumara os dias do vizinho, o fazendeiro Albertino, assassinado no coração de Rio Novo, para quem desejasse ver (EUCLIDES NETO, 1986, p. 31).

Como percebemos, mesmo consciente da situação de opressão em que viviam, os trabalhadores faziam reuniões no meio da fazenda, paravam o trabalho e falavam que deveriam se unir para lutar por seus direitos trabalhistas, como férias, gratificação de Natal e até mesmo salário mínimo, pois o que eles recebiam semanalmente mal dava para comprar alimentos. Assim, com “o quilo da carne que custava mais que um dia de serviço”, não era possível o acesso a uma alimentação adequada e, por esta razão, o trabalhador e sua família passavam por longos períodos de fome. A farinha, que era mais acessível a todos pelo seu valor mais baixo, “andava pela hora da morte”. Apesar da falta de alimento, os agregados aguentavam trabalhos pesados, como mostra o trecho a seguir:

O dia todo. Podia chuva remelar de manhã, ao cair do escuro. Se preciso, aguentavam, sem botar um trisco de farinha na boca, até o outro horário. [...]. E ali duros no serviço, meio lerdos, mas sem parar um pingão de tempo, no rojão. Ninguém precisava botar sentido. Os corpos tarracados, rijos, indo e vindo no bandeiramento (EUCLIDES NETO, 1986, p. 42).

Desse modo, percebemos que os trabalhadores enfrentavam chuva e sol e trabalhavam longas horas, “sem botar um trisco de farinha na boca”, ou seja, realizavam os trabalhos exaustivos, com fome, sem terem se alimentado. Trabalhavam até mesmo debaixo de chuva, preocupados em buscar uma maneira de sobrevivência, tanto deles próprios como de suas famílias. Dessa maneira, compreendemos que a fome é “uma visível produção da desigualdade social, [...] se concentra em pessoas condenadas à incerteza de sobreviver desde a mais tenra idade” (FREITAS, 2003, p. 13).

Além da falta de alimento, os trabalhadores eram explorados na sua lida diária. Devido à fome trabalhavam “meio lerdos, mas sem parar um pingo de tempo”, cumpriam as ordens que recebiam do patrão para a realização do trabalho. A falta de alimentos deixava-os mais “lerdos”, porém, trabalhavam o dia todo, sem parar, pois precisavam garantir sua sobrevivência.

Ao se tornarem agregados, os trabalhadores adquiriam dívidas com o patrão. Conforme explica Moura (1986), por morarem de favor nos casebres oferecidos por ele, os agregados adquiriam “dívidas”, que eram pagas com a longa jornada de trabalho. Os trabalhos na fazenda Ronco D’Água eram de exploração, pois os empregados trabalhavam longas horas e recebiam um baixo salário; os lucros eram do patrão. Neste sentido, é perceptível, como afirma Pólvora (1987), “o sofrimento das populações pobres, o estado de miséria e abandono em que vivem as desigualdades e injustiças sociais”. Todas essas agruras vivenciadas pelos pobres da região levavam Euclides Neto à defesa dos “fracos” e explorados na sociedade, e, por isso, suas narrativas servem de denúncia das desigualdades sociais e das injustiças vividas pelo trabalhador rural.

Apesar de trabalharem de maneira explorada e sem direitos trabalhistas, para garantirem sua sobrevivência, os agregados tinham consciência de sua situação de opressão e, por isso, buscavam lutar por seus direitos. Realizavam os trabalhos de acordo com o que lhes era imposto pelo patrão, porém não se esqueciam de lutar por seus direitos. Mesmo vivendo sob a opressão e o silenciamento, havia “[...] gente prestando reclamação trabalhista, o sindicato dos trabalhadores rurais ensinando os direitos aos associados, advogados tomando procuração para defendê-los” (EUCLIDES NETO, 1986, p. 44).

Contudo, quando Rogaciano descobriu a denúncia de alguns trabalhadores, logo ordenou aos seus jagunços que aplicassem “uma surra de pau no tal presidente do

sindicato, deixando-o quase morto” (EUCLIDES NETO, 1986, p. 44). Por outro lado, em *Machombongo*, percebemos que, mesmo que os trabalhadores tivessem consciência das injustiças que viviam no trabalho, era difícil lutar por seus direitos, pois até mesmo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores havia sido violentado, para não recorrer e ajudar os trabalhadores. O deputado Rogaciano e seus jagunços não permitiam qualquer manifestação contra os poderes do fazendeiro. Ao saber que os advogados estavam estudando formas para defender os trabalhadores, Rogaciano mandou violentá-lo com uma “surra de pau”, de maneira que os trabalhadores continuassem sendo silenciados com a exploração em que viviam e sendo oprimidos pelo fazendeiro.

Assim, ao serem silenciados, os trabalhadores não conseguiam lutar por seus direitos. Contudo, como afirma Spivak (2010), o subalterno precisa ter voz para falar de seus problemas, expor suas mazelas à sociedade. Ninguém melhor que o sujeito oprimido para falar de suas mazelas, pois este vive cotidianamente as agruras a ele impostas, por ser pobre, marginalizado e excluído socialmente.

Desse modo, compreendemos que, em silêncio e sem reconhecimento trabalhista, como afirma Schwarz (1985), a falta de garantia no trabalho fazia com que a situação de pobreza do trabalhador se tornasse ainda mais difícil, pois a má fé do patrão, a exploração da mão de obra e os maus-tratos aos pobres, resultavam no crescimento, no pobre, de um sentimento de injustiça; ele desejava lutar pelos seus direitos. Todos os trabalhadores precisam ter seus direitos reconhecidos e um salário digno que o ajude no sustento da família.

Nesse sentido, compreendemos que, mesmo sendo explorados na fazenda Ronco D'Água, um lugar hostil e opressor, os trabalhadores buscavam realizar todo o trabalho que lhes era ordenado; mesmo com fome, trabalhavam o dia todo sem se alimentar. Além de ser um trabalho explorado, começavam ao raiar do sol e iam até o anoitecer, com ou sem chuva. As horas de trabalho eram muitas, porém, os trabalhadores precisavam buscar um meio de terem seus direitos reconhecidos.

Apesar de tudo, esses trabalhadores aderiam ao trabalho explorado, ou de escravização, para terem um trabalho e sobreviverem às dificuldades cotidianas da pobreza. Ao falarmos de trabalho escravo na contemporaneidade, pensemos em homens livres, mas que trabalham de maneira explorada. Para Sakamoto (2011), há fazendeiros que utilizam a mão de obra escrava (ou semiescrava, por se tratar de homens livres),

para garantir a competitividade no mercado capitalista, mantendo-se com alta produtividade e baixo custo com os trabalhadores.

Assim, Euclides Neto, ao descrever as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, consegue denunciar as desigualdades sociais. Durante a narrativa é perceptível o sofrimento da população pobre, que vive injustiças sociais, fome, exploração e vida escassa, quase em estado de miséria, numa região dominada pela monocultura cacauzeira. Vigoram, no romance, relações feudais de trabalho escravo na fazenda, violência e exploração advindas da “mão de ferro” do deputado Rogaciano Boca Rica, assim conhecido na região, por ser grande produtor de cacau. Mas vigora também o desejo dos trabalhadores de terem seus direitos reconhecidos e de, um dia, encontrarem a *Serra do Machombongo* para viverem com igualdade.

REFERÊNCIAS

AMADO, James. *Chamado do mar*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

AMADO, Jorge. *Gabriela cravo e canela*. 7. Ed. Ilhéus: Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2012.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1989.

CÉSAR, Elieser. *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2003.

EUCLIDES NETO. *Machombongo*. Itabuna: Cacau/Letras, 1986.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome*. Salvador: EDUFBA: FLOCRUZ, 2003.

MARX, Karl. *O manifesto comunista*. São Paulo: Tecnoprint. A, 1999.

MONTEIRO BAHIA, Ryanne Freire Monteiro. *O pobre na literatura: análise sociológica da obra O cortiço*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, curós de mestrado, Fortaleza (CE), 2012.

MOSCOVICI, Serge. *A representatividade social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

SAKAMOTO, Leandro. A representação política do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: FIGUEIRA, Rezende Ricardo; PRADO, Adonias Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes (orgs). *Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. (p. 31-42).

SCHWARZ, Roberto. *Os pobres da literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.